



International Migration Outlook: SOPEMI 2009

Summary in Portuguese

Perspectivas das Migrações Internacionais: SOPEMI 2009

Sumário em Português

- Nas duas últimas décadas, a imigração para os países da OCDE tem aumentado nitidamente e, nos últimos anos, a imigração laboral aumentou significativamente.
- Esta publicação examina primeiramente a crise económica e o seu impacto na migração internacional, descreve a forma como o fluxos e políticas de imigração têm sido recentemente afectados pela crise e analisa as previsões sobre o impacto a médio e longo prazo.
- Seguidamente, foca a gestão da imigração laboral, quer dos mais quer dos menos qualificados. Examina a forma como os países deveriam agora preparar-se para a futura procura do mercado de trabalho e qual a melhor forma para redireccionar a imigração ilegal para canais autorizados.
- Para cada tabela e cada gráfico é fornecido um link dinâmico (StatLink). Este link redirecciona o leitor para uma página web onde se encontram disponíveis os dados correspondentes em formato Excel®. Os leitores são igualmente convidados a visitar o site: www.oecd.org/els/migrations/pmi, onde, a partir de Outubro de 2009, estarão disponíveis observações sobre os países, análises de tendências e um anexo estatístico.

Introdução

Com menos jovens a entrarem no mercado de trabalho e os “baby-boomers” a reformarem-se, muitos países da OCDE têm visto a imigração laboral como ajuda para uma solucionar os défices de mão-de-obra esperados nas próximas décadas. Em 2015, o número de pessoas a entrarem na reforma nos países da OCDE ultrapassará o dos coortes a entrar no mercado de trabalho, fenómeno que irá continuar durante muitos anos. Embora a imigração internacional não seja a única forma para responder ao défice de mão-de-obra – tecnologia, subcontratação e uma maior mobilização da mão-de-obra interna são outras – pode ter um papel importante na satisfação das necessidades em determinadas profissões e em determinados países.

No entanto, actualmente, a crise económica alterou substancialmente o cenário e acalmou as pressões do mercado de trabalho. A migração líquida revelou uma tendência para baixar nas anteriores contracções económicas, devido ao facto de os empregadores necessitarem de menos trabalhadores, há menos oportunidades de emprego para atrair imigrantes e porque os próprios governos modificam as políticas para reduzir as entradas, por exemplo, através estabelecendo limites numéricos mais baixos para a imigração laboral onde estes existam ou retirando algumas profissões das listas de falta de mão-de-obra.

A crise actual não é excepção. Nos países da OCDE, em geral, teve efeitos adversos nas condições do mercado de trabalho, arrefecendo os movimentos migratórios laborais mas igualmente retrocedendo no que respeita à maior parte do progresso alcançado nos últimos anos pelos imigrantes no mercado de trabalho.

Os países onde a crise se fez sentir primeiro apresentam grandes aumentos nas taxas de desemprego e reduções nas taxas de emprego de imigrantes, ambas em termos absolutos e relativos em comparação com os nacionais. Os trabalhadores imigrantes tendem a ser mais duramente afectados que os nacionais durante a contracção económica, devido a uma série de razões, entre as quais, o facto de estarem sobre-representados em sectores susceptíveis de ciclos, possuem acordos contratuais menos seguros e estão sujeitos à contratação e despedimentos selectivos. Além disso, tanto os imigrantes que acabam de chegar como os que perdem o seu trabalho durante a contracção económica, parecem ter dificuldades particulares para entrar ou voltar a entrar nas categorias de trabalhadores empregados de forma estável. Pela primeira vez, em muitos anos, a percentagem de imigrantes empregados nos Estados Unidos caiu para níveis abaixo do valor comparável relativo aos nacionais.

Os governos necessitam manter-se alerta, para assegurarem que

agravar os resultados do mercado de trabalho dos imigrantes não hipoteca a possibilidade de mais migração quando o crescimento retomar. É necessário manter os programas de integração, reforçar as medidas de anti-discriminação e que os imigrantes beneficiem de igual forma de políticas activas do mercado de trabalho para os desempregados.

Como resultado da contracção económica, não se verificou o desaparecimento da necessidade de gerir os movimentos migratórios laborais de forma mais geral. Persiste alguma falta de mão-de-obra e podemos esperar a retoma de fluxos mais elevados quando se iniciar a recuperação. Estes fluxos apenas serão controláveis se os países considerarem uma perspectiva de longo prazo global. É necessário elaborar políticas que garantam a reactividade da migração às necessidades de trabalho, visem reduzir os movimentos ilegais e promovam uma melhor integração dos imigrantes e dos seus filhos a longo prazo.

Nas últimas décadas, a maioria dos governos favorizou a migração de mão-de-obra altamente qualificada, introduzindo medidas que facilitam a selecção e estadia dos imigrantes altamente qualificados. No entanto, é necessário que reconheçam que existe igualmente uma procura de trabalhadores menos qualificados, nalgumas profissões e sectores. A admissão deste tipo de imigrantes é uma opção de política, opção esta que deve ser avaliada à luz dos custos e benefícios para o país de destino. Na prática, a maioria dos países têm igualmente estado a ponderar abrir canais de migração para empregos menos qualificados. Existe um reconhecimento crescente de que o facto de oferecer possibilidades limitadas de entrada legal para empregos menos qualificados quando existe uma grande procura para esse tipo de empregos pode criar uma base fértil para a migração ilegal e que reforçar esse tipo de políticas pode revelar-se difícil e oneroso.

Entre os países que estão dispostos a receber imigrantes para empregos menos qualificados, muitos prefeririam gerir a este tipo de imigração através de programas de imigração temporária organizada. No entanto, a imigração temporária apenas tem sentido económico quando as necessidades de mão-de-obra são realmente temporárias. Se as necessidades de mão-de-obra forem permanentes, pode ser difícil e oneroso, garantir que a imigração permanece temporária. Tanto os imigrantes como os empregadores têm interesse em manter a relação laboral.

Os países da OCDE necessitam implementar regimes de imigração, que respondam às necessidades a todos os níveis de qualificação e que sejam orientados pela procura. Estes regimes devem ter incentivos para que, quer os empregadores quer os imigrantes, respeitem as normas e salvaguardas para proteger os trabalhadores imigrantes, bem como os nacionais. É necessário implementar meios formais de selecção para empregos menos qualificados se as vias legais tiverem alguma possibilidade de competir com os informais métodos "cara-a-cara"

frequentemente utilizados pelos empregadores e imigrantes ilegais. Assim, os programas de imigração deverão:

- Identificar as necessidades do mercado de trabalho;
- No que respeita à imigração menos qualificada, estabelecer canais de selecção formais;
- Emitir um número suficiente de vistos e processá-los de forma célere;
- Estipular meios eficazes para verificar o estatuto e a residência dos imigrantes;
- Implementar um controlo de fronteiras eficaz e procedimentos de aplicação no local de trabalho.

Com estes regimes implementados, deverá haver menor tolerância relativamente à contratação de imigrantes ilegais, com meios de aplicação eficazes e penalidades para os empregadores que infringirem as normas.

Nas últimas décadas, a imigração altamente qualificada sofreu alterações, de um mundo onde o movimento teve lugar em grande parte dentro dos países da OCDE para um mundo onde os imigrantes são em grande parte originários de países terceiros, com qualificações e experiência profissional que muitas vezes não são tidos em conta pelos empregadores. Tal pode significar um desperdício de recursos humanos bem como conduzir à frustração se as expectativas dos imigrantes relativamente ao retorno das suas qualificações e experiência não se concretizarem. No entanto, muitos dos rendimentos menos favorecidos dizem respeito a situações em que os imigrantes chegaram sem terem emprego e sem terem avaliado cuidadosamente, antes da sua chegada, as suas perspectivas no mercado de trabalho do país de acolhimento.

A forma mais prudente de solucionar a assimetria existente entre as expectativas dos imigrantes qualificados e os seus eventuais rendimentos do mercado de trabalho é reduzir a probabilidade de tal acontecer, implementando medidas adequadas a montante, antes da chegada dos imigrantes. Na prática, tal significa:

- Favorecer imigrantes potenciais com ofertas de emprego prévias;
- Avaliar as competências linguísticas e as qualificações antes da admissão;
- Implementar, quando apropriado, procedimentos de avaliação e de certificação para as qualificações e experiência profissional mais abrangentes.

Seleccionar estudantes estrangeiros que terminam os seus estudos no país é uma forma de garantir que os imigrantes entram no mercado de trabalho com qualificações que são necessárias e reconhecidas.

Aumentar a admissão dos estudantes estrangeiros pode criar uma nova “pool” de potenciais imigrantes com qualificações nacionais, a partir da qual se poderia seleccionar com menos risco de efeitos adversos nos países de origem, uma vez que o custo de formação é parcialmente suportado pelos países de acolhimento ou pelos próprios imigrantes, do que a selecção a partir das categorias de trabalhadores qualificados no estrangeiro.

Os países da OCDE precisam de fazer um melhor trabalho no que respeita à integração dos imigrantes e, especialmente, dos seus filhos. Embora os imigrantes laborais possam ter trabalho logo quando chegam ao país de acolhimento, tal não garante uma empregabilidade de longo prazo, especialmente no caso dos imigrantes com baixo nível de estudos. Este é particularmente o caso durante a actual contracção económica, uma vez que os imigrantes são geralmente mais arduamente afectados aquando de condições económicas adversas. As políticas orientar-se para solucionar o isolamento geográfico e social das comunidades imigrantes, que dificulta a aprendizagem da língua e o acesso aos empregadores e às oportunidades de emprego. É necessário reimplementar medidas para promover uma exposição antecipada à língua do país de acolhimento e o ensino pré-primário para os filhos dos imigrantes.

Se a migração for correctamente gerida, pode ser vantajosa para o país de destino e, da mesma forma, pode trazer benefícios significativos para os países de origem. As remessas melhoraram significativamente o bem-estar dos que as recebem. Uma parte significativa é utilizada para investimentos nas áreas da saúde e educação, que contribui para o capital humano nos países de origem estimulando o crescimento potencial. Os retornos para os países de origem podem ser associados a transferências de conhecimento e tecnologia e investimentos em actividades comerciais.

No entanto, há que manter em perspectiva as expectativas. É pouco provável que os números da migração laboral sejam elevados relativamente à maioria das populações dos países de origem. Os países com elevadas proporções de imigrantes irão beneficiar especialmente.

Os países da OCDE podem contribuir para favorecer os contactos de diásporas, eliminando desincentivos de rendimentos, como a perda ou falta de transferibilidade de prestações de pensão ou a perda de direitos de estadia, como resultado de ausências temporárias e reduzindo os obstáculos à mobilidade de pessoas para afectações temporárias altamente qualificadas.

© OECD 2009

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE

www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

